

O REALISMO NA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Andressa de Melo Santos

1. INTRODUÇÃO

As teorias das Relações Internacionais têm como finalidade elaborar métodos, e conceitos, de modo a facilitar o entendimento da natureza e do funcionamento do sistema internacional, bem como estudar os fenômenos, atores e acontecimentos importantes que moldam a política mundial.

Devido à sua grande ligação com outras disciplinas, tais como antropologia, ciência política, filosofia e sociologia, o estudo das Relações Internacionais tornou-se indispensável para uma melhor compreensão sobre o mundo. Contudo, esta é apenas uma concepção atual acerca deste assunto. Por muito tempo os assuntos internacionais eram vistos como questões que só importavam para a elite, como os diplomatas, e não diziam respeito ao restante da população. Hoje é fácil ter acesso a notícias internacionais e muitas delas têm algum impacto, mesmo que indireto e lento, sobre o nosso mundo.

Com os tratados de paz de Westfália, em 1648, inaugurou-se o sistema moderno do Estado, onde se deu pela primeira vez o reconhecimento da soberania de cada Estado. No ano de 1998, o então secretário geral da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), Javier Solana, afirmou que “humanidade e democracia (foram) dois princípios especialmente irrelevantes à ordem original de Westfália”. Outro fator importante a ser considerado é a frequente alegação que a globalização está trazendo uma evolução do sistema internacional que vai além da soberania estabelecida nos tratados westfalianos.

Desenvolvido a partir da contribuição de Edward Carr (1946), ao criticar o pensamento idealista em sua obra *Vinte Anos de Crise: 1919 – 1939*, e posteriormente por Hans Morgenthau em sua obra de 1948, *Politics Among Nations*. Em sua obra, Morgenthau estabelece os pressupostos teóricos e analíticos do realismo clássico. Mais tarde, no ano de 1979, Kenneth Waltz publica *Theories of International Politics*, onde ele divulga sua teoria neorrealista como resposta para as deficiências do realismo clássico.

Desse modo, esta obra terá duas abordagens principais: o realismo clássico e o neorealismo. De tal forma a englobar os conceitos estabelecidos por Morgenthau, Herz e Waltz. A corrente realista é um dos grandes paradigmas do estudo das Relações Internacionais, juntamente com o liberalismo. Outras vertentes teóricas podem surgir, mas é importante retomar às duas que serviram de alicerce para o estudo da teoria das relações internacionais.

2. O REALISMO CLÁSSICO

“Existem duas características comuns a vários realistas, mas que não são propriamente conceitos: a primeira é a ênfase no que acontece no sistema internacional, o que se traduz por considerar que o que ocorre dentro dos Estados não é relevante para a análise das relações internacionais. É o que alguns chamam da imagem do Estado como uma caixa preta. A segunda é um pessimismo pronunciado e definitivo em relação à natureza humana.” (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p. 23 e 24)

Apesar de suas vertentes, o paradigma realista apresenta algumas características gerais que podem ser notadas, com mais ou menos enfoque, nas teorias apresentadas. O realismo tem como uma de suas premissas básicas o Estado sendo cerne das Relações Internacionais, de tal modo a ser um ator unitário – representando uma totalidade – e racional – maximizando ganhos e minimizando perdas.

Em segundo lugar, todas as obras de autores realistas consideram a anarquia do sistema, ou seja, percebem que não há no ambiente internacional uma autoridade suprema acima dos Estados. Para eles, o cenário internacional é visto tal como o estado de natureza de Hobbes, onde há vários Estados e cada um é unicamente responsável por sua própria sobrevivência. Contudo, o estado de anarquia internacional contrapõe-se ao estado de natureza no que se diz respeito à criação de um soberano nacional, pois os realistas consideram impossível o estabelecimento de um Leviatã no plano internacional. O cenário anárquico propõe um ambiente altamente competitivo, onde há enorme desconfiança por parte do Estado, que todos visam sua sobrevivência (terceira premissa, que será vista a

seguir) e têm a segurança como um bem de soma zero, pois a segurança de um Estado só pode ser atingida quando os outros Estados estão sem segurança.

A terceira premissa realista tem a sobrevivência como o maior desejo do Estado. Ela deriva do conceito de anarquia, onde há ausência de Governo mundial, que engendra a busca pela sobrevivência no cenário internacional, visando sua permanência no sistema. Sob essa perspectiva, dois filósofos influenciaram decisivamente o estudo do realismo, são eles: Maquiavel – definindo como obrigação do príncipe a luta pela sobrevivência e qualquer outro objetivo só é válido se não se opor a ela – e Weber. Ambos distinguem no que Weber chama de ética da convicção e de ética da responsabilidade, onde a segunda é livre das limitações morais que ficam presas na primeira, tendo como único objetivo alcançar a segurança coletiva.

O estudo do poder como elemento fundamental nas relações internacionais, é considerado a quarta premissa realista. Desse modo, ressalta-se que o poder do Estado não é definido por suas próprias capacidades, mas sim pela comparação com os demais Estados rivais. É notável a influência realista de Tucídides ao afirmar que o medo do concorrente se tornar mais poderoso é considerado a causa da guerra. Mais adiante, ao falarmos sobre a teoria neorrealista veremos que Waltz define o poder como um meio de garantir a segurança e a sobrevivência. Derivada do conceito de poder surge a balança/equilíbrio de poder, onde um Estado se une a uma grande potência para assegurar melhor seu interesse nacional. Desse modo, constata-se uma atitude política que é extrínseca ao poder, a garantia do interesse nacional, que a busca por esse interesse não garante que a balança fique equilibrada entre os vários e que inexistente um sistema unipolar no cenário internacional.

Outrossim, faz-se importante destacar a última premissa para perceber a forma como essa corrente das relações internacionais avalia a política no campo internacional. A forma como os Estados interagem é tida como um sistema de autoajuda. Significando que como não há um Governo mundial, ou qualquer outra autoridade supranacional, para que seja assegurado o cumprimento de regras e a segurança dos Estados, os mesmos agem de forma autointeressada. Comportando-se, assim, de forma egoísta. É notável que tudo isso se deve à anarquia internacional, pois todos têm que lutar por sua sobrevivência e utilizar de

todos os meios que lhes são disponíveis, pois nenhum Estado pode contar com outro para lhe ajudar, mesmo que essa ajuda seja apenas parcial.

2.1 HANS MORGENTHAU

O estudo das relações internacionais tem a publicação de *Politic Among Nations* como um divisor de períodos, pré e pós Morgenthau, pois esta obra deu consistência ao estudo do realismo. Neste livro, ele estabelece seis princípios básicos para lidar e analisar as Relações Internacionais. Estes são os princípios que divergem o realismo de qualquer outro paradigma da teoria das Relações Internacionais. São eles:

- 1º Princípio: a política, tal como a sociedade em geral, é governada por leis objetivas, que refletem a natureza humana;
- 2º Princípio: todo e qualquer interesse dos atores internacionais deve ser traduzido em sua pretensão de alcançar mais poder para si. Para Nogueira e Messari, Morgenthau acredita que esse segundo princípio protege o realismo de duas falácias: a preocupação com as motivações e com as preferências ideológicas; e para ele o uso da razão caracteriza a esfera política. (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p.34);
- 3º Princípio: o conceito de interesse traduzido em poder é uma categoria objetiva de validade universal, ou seja, é constante na história da humanidade;
- 4º Princípio: os princípios morais universais não podem ser aplicados aos atos dos Estados, senão filtrados e analisados a partir das circunstâncias de tempo e lugar. Este princípio enfatiza a ideia da separação entre moral e ação política, isto é, a política é dominada pelo poder e, dessa forma, quando se analisa qual a influência da moral e da ética na política, percebe-se que eles geralmente são usados como mecanismos de justificação e legitimação do Estado;
- 5º Princípio: as aspirações morais de uma nação em particular não podem ser identificadas com os preceitos morais que governam o mundo. Os princípios morais de um Estado não podem nem devem ser considerados princípios morais universais, expansíveis para toda a humanidade;

- 6º Princípio: a esfera política é autônoma, ou seja, não é subordinada a nenhuma outra esfera, como a econômica, política ou religiosa. A compreensão do universo da política internacional independe da compreensão do universo econômico ou do direito, porque o universo político internacional tem suas próprias lógicas e leis.

Assim, a partir da análise desses princípios, pode-se concluir que, para Morgenthau, a política visa três objetivos: manter, aumentar ou demonstrar o poder. Sendo assim, estes três objetivos responsáveis pela manutenção do *status quo* do Estado, pela manutenção ou pela busca do prestígio.

2.2 JOHN HERZ

Contemporâneo de Morgenthau, Herz define as Relações Internacionais como leis gerais que regem as relações dentro de determinados grupos. Questões como supremacia, poder e sobrevivência caracterizam não apenas as relações entre Estados, mas também entre gangues urbanas ou até mesmo as relações entre animais. (NOGUEIRA E MESSARI, 2005).

O grande legado de Herz para as relações internacionais foi um conceito que ele denominou de Dilema de Segurança. Este conceito se define como quando um Estado quer garantir sua segurança e termina influenciando os outros Estados a ficarem contra ele. Por exemplo, quando um Estado X se sente ameaçado e investe em armamentos desperta medo nos seus rivais, fazendo com que estes também se armem contra o Estado X. Dessa forma, todos os Estados acabam em uma situação pior que a inicial, mesmo que o objetivo tenha sido aumentar a segurança, pois gera uma tensão maior entre os Estados.

3. O NEORREALISMO

O realismo clássico é posto em xeque na década de 1970. Quando a crise econômica do petróleo pôs em dúvida o Estado como cerne das Relações Internacionais. Nesse contexto, Kenneth Waltz publica, em 1979, seu livro *Theory of International Politics*.

Em sua obra, Waltz prega que o realismo tem a necessidade de estabelecer bases mais sólidas e científicas. Por esse motivo, seu realismo também pode ser chamado de realismo estrutural. Ele preocupou-se em explicar o porquê da continuidade e das repetições, não das singularidades, utilizando um modo de pensar que se propõe a explicar sobre a inevitabilidade da mudança para explicar a continuidade, o que se denomina de teoria sistêmica.

Waltz toma a anarquia como motivo de todas as guerras existentes no sistema internacional, e qualquer explicação a nível estatal, seria uma resposta reducionista, pois desconhecem o nível estrutural, já as que focam o sistema internacional são sistêmicas. Ele considera que a estrutura não é só a soma das partes que a compõe, mas sim determinada pela forma de como as partes se posicionam e que ela constrange, limita e orienta a ação dos agentes através de dois mecanismos: a socialização e a competição.

É a estrutura que estabelece os padrões do que é ou não aceitável nas tomadas de decisões dos agentes. A socialização produz os padrões que vão limitando e moldando o comportamento esperado pelos atores e a estrutura, por meio dela, induz o Estado a evitar certos comportamentos.

Da mesma maneira que a socialização faz com que os atores adotem determinado comportamento, a competição também trabalha nesse sentido. Os Estados competem para sobreviver no cenário internacional, levando-os a se comportarem de maneira racional. Segundo Sarfati (2005), nas Relações Internacionais a competição leva os Estados a proceder racionalmente, de forma que aqueles mais bem adaptados sobrevivam no sistema internacional.

As estruturas políticas internacionais, para Waltz, são determinadas por três fatores: pelo princípio do ordenamento, pela diferenciação funcional e pela distribuição das capacidades. Primeiramente, situaremos o primeiro fator dentro das estruturas domésticas.

As estruturas domésticas são definidas como hierárquicas, porque as instituições se relacionam entre si, mas se submetem a um poder central. O princípio de ordenamento estabelece quais as regras básicas dos relacionamentos entre as instituições do poder, colocando atribuições exclusivas aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de forma que todo ordenamento interno de um Estado é definido em torno de “quem manda em quê”. (SARFATI, 2005, p. 147)

Tomando o sistema internacional como anárquico e descentralizado, é o “sentimento” egoísta e competitivo dos atores que faz com que o sistema seja organizado de modo racional. O desejo por sobrevivência é um pré-requisito para a racionalidade dos Estados. Sob a ótica de Sarfati (2005), as mudanças no princípio de ordenamento são apenas as de ordem anárquica para hierárquica, e só as desse tipo são consideradas mudanças estruturais.

Do ponto de vista interno, cada instituição do Estado tem seu papel delimitado como há também uma ligação subordinativa entre suas partes. Já no âmbito internacional, os Estados podem ser tidos como unidades não diferenciadas entre si, já que todos executam as mesmas funções, logo, o sentido da ausência de diferenciação é dado em termos funcionais.

Segundo Waltz, os Estados têm a característica de serem soberanos, decidindo por si só como gerenciar problemas internos e externos. Desse modo, a diferença entre os atores é dada por variações da capacidade de executar e gerenciar determinadas funções. Na política internacional, essa capacidade deve ser analisada comparativamente a outros Estados. É essa capacidade relativa, principalmente no que se diz respeito à segurança nacional, o elemento central das relações entre os Estados.

É importante destacar que a anarquia internacional não equivale ao caos em termos domésticos. Ela se assemelha com uma economia de mercado, onde não é o Governo que define a variação de preços nem cria ou fecha empresas. O efeito de mercado gera uma competição e faz com que as empresas respondam a choques exógenos, independentemente do Estado.

Por fim, Waltz estabelece seu conceito de balança de poder na teoria neorrealista. Não difere muito da balança definida no realismo clássico, pois seus requisitos são iguais, ordem anárquica e desejo de sobrevivência. Mas, contraditoriamente ao que acontece no realismo clássico, no neorrealismo, os Estados não se balanceiam automaticamente, pois eles podem exibir um comportamento de grupo (*bandwagon*). Quando um Estado se caracteriza como líder todos os outros tendem a segui-lo, pois eles podem querer estar

próximos aos ganhadores. Na competição pela liderança, *bandwagon* é um importante componente da formação da coalizão em torno do líder. (SARFATI, 2005)

Enquanto o sistema permanece anárquico e quando não há uma diferença de unidades que cause alguma mudança estrutural, há condições do sistema internacional permanecer estável. A anarquia, por incrível que pareça, é sinônimo de estabilidade, e ela está ligada à quantidade de partes do sistema, no caso, ao número de Estados.

Por fim, o sistema bipolar, para Waltz, é o mais estável. Um sistema multipolar implica em vários Estados tentando entrar em acordo e impondo suas vontades, deixando o sistema altamente instável (distúrbio na balança de poder).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste breve ensaio foi apresentar duas importantes correntes de estudo das teorias de relações internacionais, que estão incorporadas ao paradigma realista. Pode-se observar que tanto o realismo clássico quanto o neorrealismo revelam um mundo hostil, propenso a conflitos.

Os realistas, de modo geral, enxergam o cenário da política internacional como um palco propício para conflitos, já que os Estados são livres para tomarem suas próprias decisões, não havendo um Governo mundial. São tidos como atores racionais, que buscam zelar pela segurança de tal modo a garantir a sobrevivência no sistema. Independentemente das razões, tanto o realismo clássico quanto o neorrealismo salientam que as relações de poder e a lógica da autoajuda são características fundamentais das relações entre os Estados em um ambiente anárquico.

No entanto, para os neorrealistas, os Estados, ao se comportarem de forma racional, devem levar em consideração o comportamento dos outros Estados. Desse modo, a forma como os Estados se relacionam influencia no comportamento de cada membro do sistema internacional.

Assim, a grande diferença entre as duas vertentes do paradigma realista, está no nível de análise. O realismo clássico atribui os resultados das relações internacionais ao comportamento de cada Estado, de forma individual, enquanto o neorrealismo atribui esses resultados a toda estrutura do sistema, não só ao Estado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MORGENTHAU, H.J. *A Política Entre As Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz*. Editora da Universidade de Brasília. Brasília. 2003.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates*. Elsevier. Rio de Janeiro. 2005.

SARFATI, Gilberto. *Teoria de Relações Internacionais*. Editora Saraiva. São Paulo. 2005.

WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais*. Gradiva Publicações. Lisboa. 2002.